

Gerardo Alagôa



Em companhia de Arlindo Chinaglia (E), Garibaldi anuncia entendimento com a Câmara

Acordo para vetos e exame de MPs

Os presidentes do Senado e da Câmara, Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, anunciaram acordo para examinar os vetos presidenciais e modificar a proposta que altera a tramitação das medidas provisórias. Garibaldi pretende realizar já

na quarta-feira a votação de alguns vetos, inclusive os que se referem à criação da Sudene e da Sudam. O senador observou que a decisão da Câmara sobre a proposta que trata das MPs é necessária para evitar o trancaamento da pauta. **Página 2**

Virgílio protocola novo pedido para criar a CPI dos Cartões

Requerimento foi entregue à noite pelo líder do PSDB. O primeiro havia sido devolvido por Garibaldi em razão de erro técnico. **Página 3**

Obra irregular sem recursos

Comitê de deputados e senadores apresentou relatório em que sugere que 52 obras flagradas em irregularidades graves não recebam recursos do Orçamento neste ano. **Página 8**

Educação quer evitar corte de verbas

Dirigentes de entidades educacionais solicitaram ontem ao presidente do Senado que o Legislativo não corte verbas do Orçamento deste ano destinadas ao ensino. **Página 8**

Zambiasi teme uso de PET por cervejarias

Sérgio Zambiasi protesta contra a pretensão da indústria de cerveja de usar embalagem de plástico, o que representaria 11 bilhões de garrafas por ano, ameaçando o meio ambiente. **Página 8**

Divergência marca o debate sobre transposição

Políticos, autoridades do governo, acadêmicos, religiosos, artistas e ambientalistas manifestaram no Senado profundas divergências sobre o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Defenderam a obra o ministro da Integração, Geddel Vieira Lima, o deputado Ciro Gomes e dom Aldo Pagotto. Contra, falaram dom Luiz Flávio Cappio, o professor Apolo Lisboa e os atores Letícia Sabatella, Osmar Prado e Carlos Vereza. Os senadores também se dividiram. **Páginas 4 a 7**



José Cruz



José Cruz



Leopoldo Silva

Ciro Gomes faz discurso acalorado (foto ao alto); Letícia Sabatella e Osmar Prado ouvem, emocionados, Carlos Vereza manifestar a expectativa de que o debate "não tenha sido um teatro"; Suplicy conversa com dom Cappio

Presidente do Senado anuncia que já na próxima quarta-feira o Congresso deverá apreciar alguns vetos, entre estes os relacionados à recriação da Sudene e da Sudam

Garibaldi e Chinaglia fecham acordo para examinar vetos

Após encontro na tarde de ontem, os presidentes do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, anunciaram um acordo para o Congresso Nacional votar os vetos presidenciais e modificar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera o rito de tramitação das medidas provisórias.



Chinaglia e Garibaldi querem decisão sobre novas regras para MPs

Garibaldi declarou que pretende realizar já na próxima quarta-feira a votação de alguns vetos, entre estes os relacionados à recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Nos dois casos, o presidente Lula restringiu, por vetos parciais, as fontes de financiamento dessas instituições.

Até o momento, há 885 dispositivos vetados na pauta do Congresso. Mas o número pode

aumentar, uma vez que há outros vetos que não foram incluídos na ordem do dia porque dependem de leitura em Plenário.

Medidas provisórias

– Acertamos que faremos conjuntamente as modificações na PEC das medidas provisórias – comentou Garibaldi, lembrando que a matéria, de autoria do então senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido, foi aprovada no Senado e tramita na Câmara.

O senador disse que a aprovação da proposta é necessária para

impedir que as MPs tranquem a pauta das duas Casas. Também deverá servir para que as medidas apresentem tramitação mais adequada “aos objetivos para os quais foram criadas”.

Já Arlindo Chinaglia informou que uma comissão de senadores deverá trabalhar em conjunto com a comissão especial da Câmara que analisa a PEC.

– Se conseguirmos trabalhar juntos, quando a proposta chegar da Câmara para o Senado, o trâmite será rápido e a apreciação estará garantida quanto ao mérito – disse Chinaglia.

Ambos também anunciaram que Garibaldi selecionará cinco projetos acolhidos no Senado para que sejam priorizados nas votações da Câmara, enquanto Chinaglia escolherá cinco projetos já aprovados na Câmara para serem priorizados pelo Senado.

Senadores aplaudem entendimento sobre MPs

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Wellington Salgado (PMDB-MG), Expedito Júnior (PR-RO) e Renato Casagrande (PSB-ES) elogiaram ontem, em Plenário, o acordo firmado entre os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para evitar que medidas provisórias

continuem obstruindo a pauta das duas Casas do Congresso Nacional.

– Precisamos dar um passo adiante na questão das MPs para que possamos discutir outros temas – disse Casagrande.

Garibaldi anunciou que Chinaglia participará na terça-feira, às 11h, da reunião de líderes no

Senado, “quando será decidida a sorte das MPs”. Este ano a Câmara do Deputados já recebeu 20 medidas provisórias, mas apenas duas foram votadas. Na quarta-feira à tarde será a vez de o presidente do Senado participar da reunião de líderes na Câmara, ocasião em que será discutida a votação dos vetos presidenciais.

Tuma pede rapidez para proposta sobre videoconferência

Romeu Tuma (PTB-SP) pediu, em Plenário, agilidade à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para aprovar a proposta que institui a videoconferência no interrogatório de presos.

Tuma citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrando propriedades do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, no Paraguai. O senador disse que o juiz responsável pela apuração dos fatos pretende ouvir testemunhas na fronteira, mas não consegue, e apontou a videoconferência como solução.

O senador também sugeriu audiência pública com representante do Ministério Público ou do Ministério da Justiça visando explicar os termos de acordo para uma suposta extradição do traficante Juan Carlos Abadia.



Tuma cita dificuldade de juiz para ouvir testemunha em caso ligado a traficante

Mário Couto critica tratamento dado aos aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) criticou em Plenário a política de previdência e assistência social executada pelo governo Lula nos últimos anos. Alertando para a necessidade de o Congresso eleger 2008 como o ano de defesa dos aposentados, o senador lamentou a correção de apenas 3,3% no valor dos benefícios em 2007, o que resultou, segundo cálculos por ele apresentados, numa defasagem acumulada de 70%.

– É duro ver aqueles brasileiros que trabalharam tanto, honradamente, se aposentarem e viverem hoje na miséria.

Mário Couto atacou ainda o governo federal por haver gastado, nos últimos quatro anos, R\$ 1,7 bilhão em passagens e diárias, valor correspondente a um dispêndio diário de R\$ 1,2 milhão.



Mário Couto lamenta a correção de apenas 3,3% nos benefícios em 2007

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

O Plenário realiza, às 9h, sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Entre os senadores inscritos estão Gilvam Borges (PMDB-AP), Marco Maciel (DEM-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Wellington Salgado e Mão Santa

Documento de criação de comissão parlamentar de inquérito que investigará cartões corporativos deve ser lido em sessão do Congresso na próxima semana

Neuto de Conto aceita presidir comissão

Neuto de Conto (PMDB-SC) anunciou ontem de manhã a indicação, pelo PMDB, de seu nome para presidir a CPI dos Cartões Corporativos. Ele havia sido indicado no início da semana pelo líder do partido no Senado, Valdir Raupp (RO).

O senador reconheceu que a situação é incomum, uma vez que está aceitando a indicação para presidir uma CPI que ainda não foi oficialmente criada.

Neuto de Conto afirmou que ainda não há nomes cotados para a relatoria da comissão, mas que a indicação deve ficar a cargo do PT, a segunda maior bancada do Congresso Nacional. A oposição vem pressionando para conseguir ocupar um dos cargos de direção da CPI.

Leopoldo Silva



Neuto de Conto acredita que o PT ficará com a relatoria da comissão



Entre Simon (E), Carlos Sampaio, Mão Santa e Paim, o líder do PSDB entrega requerimento à secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra

Arthur Virgílio protocola novo requerimento para criação de CPI

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protocolou ontem à noite, com assinaturas de 28 senadores e 189 deputados, novo requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional para investigar o uso abusivo de cartões corporativos por ministros e funcionários do governo federal. O primeiro, protocolado à tarde, foi devolvido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, em razão de erro técnico. Questionado pela rapidez com que reuniu as assinaturas necessárias, Virgílio

disse que isso demonstra o quanto vale a pena lutar.

O senador afirmou que agora vai se iniciar uma segunda batalha, pela divisão dos cargos de presidente e relator da CPI. Ele recomendou aos governistas que compreendam a praxe do Senado e devolvam a prerrogativa da oposição. Virgílio observou que, no Senado, a oposição tem força numérica e política e disse esperar que as investigações “não deságüem para uma coisa pequena”.

Como se trata de comissão mista, composta por senadores e de-

putados, o requerimento precisa ser lido em sessão do Congresso. Arthur Virgílio acredita que isso ocorrerá na próxima semana. A divisão dos integrantes já está acertada. No Senado, o PT terá dois representantes; o PSDB, dois; o PDT, um; o Democratas, dois; o PMDB, três; e o PTB, um. Na Câmara, o PMDB contará com dois integrantes; o PT, dois; o PP, um; o PR, um; o PSDB, um; o Democratas, um; o PPS, um; o PV, um; e o chamado “bloquinho” (formado por PSB, PCdoB e PDT) indicará dois.

Investigação não deve ter restrições, afirma Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o Senado comece o ano discutindo a criação da CPI dos Cartões, em vez de se debruçar sobre as reformas política e tributária. Mas afirmou que o assunto deve ser investigado, sem restrições, para que o Congresso possa manter sua dignidade.

O senador disse que a comissão deve discutir o uso dos cartões, mas não as despesas de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Simon, é correto que Lula argumente serem sigilosas as contas de sua família. Mas observou que algumas coisas “são ridículas”, citando as contas da filha de Lula em Florianópolis.

— Cá entre nós, sete seguranças, três carros, é meio grosseiro. O Itamar me telefonou para dizer: foi presidente da República, tem duas filhas, e nunca nenhuma delas teve um segurança.

O senador opinou que a obediência ao regimento na escolha dos dirigentes da CPI, com o presidente sendo indicado pelo maior partido no Senado, o PMDB, e a relatoria pelo maior partido na Câmara, o PT, não é o melhor para o país. Conforme ele, o presidente deveria ser de um grupo e o relator de outro.

Mão Santa compara Simon a Rui Barbosa

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou ontem Pedro Simon (PMDB-RS), comparando sua trajetória política à de Rui Barbosa. O senador do Piauí também recomendou ao presidente Lula a austeridade adotada pelo ex-presidente Getúlio Vargas e pelo ex-senador Petrônio Portela.

Ele recordou episódio em que foi oferecido a Rui Barbosa o cargo de ministro da Fazenda, na tentativa de cooptá-lo para o governo. “Não troco a trouxa das minhas convicções por cargos”, teria dito Rui. O senador lembrou que a atuação do jurista o levou a um lugar perpétuo na história do Brasil.

Pedro Simon agradeceu os elogios.



O senador e ex-presidente do Senado e da República, José Sarney (PMDB-AP), aceitou ontem convite do Ministério das Relações Exteriores para proferir palestra a diplomatas sul-americanos do Curso de Alto Nível no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. A palestra, cujo tema genérico é “Brasil”, será realizada no dia 9 de maio.

O convite foi feito ontem pelos embaixadores Carlos Henrique Cardim e Jerônimo Moscardo de Souza, recebidos pelo senador em seu gabinete.

Flexa Ribeiro lê e-mail de FHC sobre CPI

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) enviou e-mail ao presidente do partido, senador Sérgio Guerra (PE), dizendo estar tranqüilo em relação a investigações que venham a ser feitas sobre o uso de cartões corporativos e outros suprimentos de fundos durante seus dois mandatos (1994 a 2002). A mensagem foi lida ontem, em Plenário, por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

— Esse e-mail deixa claro que quem não quer a CPI dos Cartões Corporativos é o atual governo — afirmou.

Pesar pela mãe de Cícero Lucena

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento da mãe do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), Maria Salomé de Lucena.

O requerimento foi encaminhado à Mesa por Arthur Virgílio (PSDB-AM) em nome da bancada do PSDB. O senador disse que era merecida a “homenagem a uma figura tão valorosa”. Maria Salomé faleceu aos 90 anos, em João Pessoa. Ela estava internada havia cerca de 20 dias com problemas pulmonares.

Heráclito propõe pacto pela votação de reformas

Heráclito Fortes (DEM-PI) convidou os parlamentares a se unirem com o objetivo de formular uma proposta de reforma política e tributária.

O senador sugeriu que as modificações sejam aprovadas no próximo ano e passem a vigorar apenas em 2014. Segundo ele, tais providências facilitarão a aceitação das mudanças por todos os partidos políticos, em virtude de não implicar alteração de regras para as próximas eleições presidenciais.

Heráclito também parabenizou a decisão do Executivo de deliberar sobre organismos geneticamente modificados e elogiou o debate, ocorrido ontem, sobre a transposição de águas do rio São Francisco.

Transposição do São Francisco divide opinião de debatedores

Manifestações acaloradas marcaram a audiência pública sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, realizada ontem no Senado. Com o Plenário e galerias lotados, políticos, autoridades governamentais, acadêmicos, religiosos, artistas e ambientalistas se dividiram em argumentos contra e a favor. A audiência, que durou mais de cinco horas, foi uma iniciativa das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Desenvolvimento Regional (CDR), Serviços de Infra-Estrutura (CI) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em defesa da obra, falaram, entre outros, Geddel Vieira Lima, ministro da Integração Nacional; Ciro Gomes, deputado federal e ex-ministro dessa pasta; e dom Aldo Di Cillo Pagotto, presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração do São Francisco. A qualidade dos estudos técnicos, os debates realizados com a sociedade e o benefício a 12 milhões de nordestinos foram os principais argumentos dos que defenderam a transposição.

Contra o projeto, dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), enfatizou que a água a ser disponibilizada pela transposição beneficiará o grande agronegócio e não servirá para matar a sede da população do semi-árido ou viabilizar as atividades dos pequenos agricultores. Também falaram contra o projeto Apolo Lisboa, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e os

atores Leticia Sabatella, Osmar Prado e Carlos Vereza, entre outros.

Os impactos com a implementação do projeto geraram diversas manifestações de senadores. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) se disse preocupado com a continuidade das ações de revitalização do rio e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao afirmar que Minas Gerais é contra a obra, defendeu um debate técnico e desapaixonado sobre o assunto. Já os senadores pelo Ceará Tasso Jereissati (PSDB) e Inácio Arruda (PCdoB) manifestaram apoio ao projeto. Para Inácio Arruda, “a transposição é a primeira obra que poderá atender as carências de água da população

nordestina”. Também os senadores pelo DEM do Rio Grande do Norte Rosalba Ciarlini e José Agripino defenderam a transposição. A necessidade de continuidade do debate foi destacada por Eduardo Suplicy (PT-SP) – que propôs a audiência –, Sibá Machado (PT-AC), Heráclito Fortes (DEM-PI) e José Nery (PSOL-PA).

O projeto tem um custo estimado de R\$ 4,5 bilhões e prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e o Eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e regiões agrestes de Pernambuco e da Paraíba.

O governo prevê que, até 2025, serão beneficiadas 60 cidades e 12 milhões de nordestinos. As obras começaram em junho, com serviços de topografia e construção de uma barragem e dois canais de aproximação do rio com as estações de bombeamento, na região de Cabrobó (PE).



Fotos: José Cruz



Com a presença de autoridades do Executivo, religiosos, artistas e representantes da sociedade civil, além de parlamentares, audiência lotou o Plenário do Senado

“Projeto beneficia os ricos”, sustenta dom Flávio Cappio

O projeto de transposição de águas do rio São Francisco beneficiará grandes grupos econômicos e não objetiva o abastecimento humano e animal, afirmou dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), ao falar na audiência pública promovida por quatro comissões do Senado. Para o religioso, que discursou logo após a abertura da reunião pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, o projeto é retrógrado e vai na contramão da história.

– Mais de 90% do território e suas populações continuarão no abandono e na indigência – frisou ainda, ao dizer que o governo faz propaganda enganosa quando afirma que as obras beneficiarão 12 milhões de pessoas.

Ao final da audiência, dom Flávio Cappio elogiou o Senado Federal por proporcionar a discussão do tema em um “imenso momento de cidadania”.

O bispo só lamentou que o debate tenha ocorrido após o início das obras da transposição. Ele lembrou que um “amplo e profundo diálogo” foi uma das reivindicações que fez ao presidente Lula ao concordar em encerrar seu primeiro jejum contra a transposição.

Dom Cappio recordou que o acordo não foi cumprido pelo presidente, o que o levou ao segundo jejum, depois das obras iniciadas. Ele criticou o Exército Brasileiro por estar trabalhando nas obras da transposição.



Geddel Vieira Lima (E) defende o projeto; dom Flávio Cappio é contra a obra



Leticia Sabatella, entre Osmar Prado e Vereza, critica o empreendimento



Deputado Ciro Gomes (D) com o ambientalista Henrique Cortez



Para bispo de João Pessoa, “quem tem sede apóia a transposição”

O presidente do Comitê Parai-bano em Defesa da Integração das Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco, dom Aldo di Cillo Pagotto, arcebispo de João Pessoa, afirmou que “quem tem sede apóia” o projeto do governo federal.

Na opinião do bispo, o projeto faz parte de uma política pública estruturante que não deve ser apenas de um governo ou de um partido, mas de todos que apóiam a integração nacional.

Também em Plenário, o bispo emérito da Cidade de Goiás, dom Tomás Balduino, afirmou que ajudar a população ribeirinha de maneira participativa, dando oportunidade de desenvolvimento sustentado a todos é objetivo que deve ser buscado durante as obras de integração de águas. Ele aplau-

diu o debate, mas disse que seria melhor se também fosse possível ouvir os índios, os quilombolas e as populações ribeirinhas.

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) leu carta recebida do arcebispo emérito de Natal e coordenador do Movimento pró-Transposição no Rio Grande do Norte, dom Heitor Sales, na qual o religioso afirma que “a enorme importância do projeto de transposição” foi ressaltada há algumas semanas em encontro da Regional Nordeste II da CNBB, da qual participaram também o arcebispo de Maceió, dom Antônio Muniz; o bispo de Campina Grande (PB), dom Jaime Rocha; o bispo de Palmares (PE), dom Genival de França; e o arcebispo metropolitano de Natal, dom Matias Patrício de Macedo.

Artistas se manifestam contra projeto

Contrários ao projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, os atores Osmar Prado, Letícia Sabatella e Carlos Vereza, integrantes do Movimento Humanos Direitos, participaram da audiência pública que discutiu o assunto.

Letícia Sabatella considerou tardia a discussão sobre o projeto, cujas obras já se iniciaram, e manifestou esperança de que o debate consiga mobilizar as pessoas, “para que não deixem as decisões à revelia dos governantes”.

– A água é um direito humano e é necessária à vida. Não se pode reduzi-la à condição de mercadoria. Ainda nem conhecemos toda a riqueza da diversidade do nosso país e já trocamos o que conhecemos por pseudodesenvolvimento, que será a riqueza de poucos – ressaltou ela.

Osmar Prado disse, em referência aos oradores que defenderam a transposição, ter escutado muitos discursos técnicos, com argumentos fortes e gestos teatrais. De outro lado, afirmou ter ouvido, dos contrários à iniciativa, discursos que tiveram o coração à frente da argumentação e o povo brasileiro como prioridade.

Carlos Vereza manifestou sua falta de confiança no governo federal e criticou os formuladores do projeto por não terem ouvido as famílias do semi-árido, em especial as populações ribeirinhas, que serão diretamente afetadas pelas mudanças no rio.

Integração de águas não vai beneficiar pobres, diz técnico

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Apolo Heringer Lisboa, afirmou que a transposição de águas do rio São Francisco não vai resolver o problema de falta de água no Nordeste, e vai beneficiar “prioritariamente os grandes empresários e fazendeiros”.

Lisboa, que é professor da Universidade Federal de Minas Gerais, garantiu que nenhum dos geólogos e hidrólogos de universidades brasileiras apóia o projeto. O professor disse ainda que a transposição vai favorecer apenas a “indústria da seca, ou seja, as grandes empreiteiras responsáveis pelas obras, os empresários do agronegócio, e as empresas multinacionais”.

Em sua opinião, a solução do problema da seca no Nordeste passa por uma política de melhor distribuição da água. Ele sugeriu que, para melhorar o aproveitamento da água das chuvas na região – que ocorre geralmente em dois ou três meses por ano –, haja a coleta em reservatórios e a construção de maior número de poços.

O doutor em hidrologia e irrigação e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte João Abner declarou que a falta de água no Nordeste não é geral.

– A água que sairá do São Francisco irá irrigar rios perenes e os grandes reservatórios do Nordeste. Equivalerá a chover no molhado, pois os grandes beneficiários não serão as populações das regiões onde a seca realmente existe, mas os megaprojetos de fruticultura e da cultura do camarão – alertou.

Impacto ambiental

João Abner garantiu ainda que todos os estudos relativos ao impacto do projeto sobre o meio ambiente foram feitos de mane-

ra tendenciosa e que o povo da bacia do São Francisco tem todo o direito de reclamar a perda de água que deverá ocorrer com a transposição, uma vez que 80% da capacidade do rio já é utilizada para geração de energia elétrica.

O ambientalista e coordenador do portal EcoDebate, José Henrique Cortez, afirmou que o verdadeiro projeto do governo para a transposição não é conhecido pela sociedade. Ele pediu a contribuição do Senado para realizar um pacto nacional destinado a discutir o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Cortez explicou que, pelo projeto do governo, em relação ao eixo norte do rio, a água será levada a reservatórios já existentes. Para

que a população receba a água desses reservatórios, observou, os governos locais teriam que investir em sistemas de distribuição, o que, segundo ele, é muito difícil de ser realizado porque os

estados não têm recursos. Já no eixo leste do rio, o ambientalista ressaltou que o problema de seca é sério e poderá ser minimizado com a construção de adutoras e tubulações para distribuir água.

O representante da entidade Articulação para o Semi-Árido Brasileiro (Asa-Brasil), Luciano Marçal da Silveira, criticou o projeto de transposição do São Francisco por não ter como público prioritário os 10 milhões de pessoas que vivem no meio rural da região.

– Ofertas concentradas de água nunca vão atender a demandas dispersas. A seca afeta muitas pessoas, que deveriam ser alvo de políticas integradas – opinou.

Luciano lembrou a existência de obras de irrigação inacabadas, e que foram preteridas em favor do projeto de transposição.

Estudos são tendenciosos e regiões beneficiadas já têm água em abundância, garante professor

.....



Eduardo Suplicy e dom Tomás Balduino (D) durante audiência



Professor Apolo Lisboa: projeto beneficiará empresários e grandes fazendeiros



Senadores Tasso Jereissati, Patrícia Saboya e Arthur Virgílio (D) no Plenário

Secretário diz que, antes do projeto, nada havia sido feito pelo rio

Ao apontar os avanços que as obras de transposição do São Francisco têm promovido no sentido da revitalização do rio, em sua avaliação, o secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho, afirmou ontem que o rio vem sendo vilipendiado há séculos devido às demandas do processo de desenvolvimento do Brasil. Porém, segundo ele, antes do projeto e da polêmica gerada por ele, nada havia sido feito pela recuperação do rio.

– Agora, não existe estudo somente. Estamos tratando os resíduos sólidos: 164 cidades já estão recebendo esgotamento sanitário. As matas ciliares também estão sendo tratadas, assim como os canais de navegação – disse.

O secretário também informou que o governo seguiu à risca os 36 Programas Básicos Ambientais (PBAs) enviados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e atendeu a exigências que incluem educação ambiental, proteção da fauna e da vegetação e defesa dos sítios arqueológicos, além do cumprimento do plano de desenvolvimento urbano das cidades ao longo da calha.

João Reis criticou a ausência de dados concretos no debate sobre o projeto e colocou as informações técnicas do ministério à disposição dos interessados. De acordo com ele, o projeto, mais que tratar de transposição, promove a interligação das bacias existen-

tes para fazer com que todos os reservatórios do Nordeste tenham uma demanda crescente e, dessa forma, possam conferir garantia hídrica à população.

– Os excessos serão distribuídos pelos comitês gestores de cada estado. Que história é essa de ficar dizendo que a água vai para produzir camarão ou melão? Não acredito em projetos que sejam antevistos por visionários ou madames beatrizas. Só acredito no que está escrito – disse.

O gerente do programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat, Rômulo Macedo, afirmou que estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) mostram que o uso de 26 metros cúbicos de água por segundo do rio São Francisco

– previsto para a transposição – não irá alterar a situação do rio.

Conforme informações de Rômulo Macedo, apesar de o Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (Dnocs), criado em 1909, ter construído 900 reservatórios de água na região, a fim de resolver a demanda de água, o problema da oferta não foi resolvido no semi-árido porque falta uma fonte de abastecimento permanente como o rio São Francisco.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Paulo Canedo de Magalhães defendeu o projeto em execução pelo governo federal. Segundo avaliou, o objetivo maior do projeto é proporcionar o desenvolvimento econômico e social da região semi-árida do Nordeste.

Integração de águas causará danos ambientais, avalia Ministério Público

Não há como realizar a obra de transposição de águas do rio São Francisco sem sanar primeiro os danos ambientais à bacia do rio, que já foram detectados, afirmou ontem a promotora de Justiça da Bahia Luciana Khoury. Como coordenadora da Promotoria de Justiça do rio São Francisco, ela disse que essa também é a opinião do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos dos estados da região.

Para Luciana Khoury, todos os estudos realizados para o licenciamento ambiental do projeto mostraram impactos reais e negativos na bacia do São Francisco,

tanto no meio físico quanto antropológico. A promotora ressaltou que há 14 ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF) denunciando as violações ambientais do empreendimento.

A promotora destacou que, depois de estudar o projeto e debater seu conteúdo com os técnicos, o Ministério Público concluiu que ele fere a legalidade, bem como o próprio estado democrático de direito, uma vez que o povo da bacia do São Francisco nunca foi ouvido pelo governo, e nem suas necessidades foram levadas em consideração na elaboração do projeto.

Segundo João Reis Santana, resíduos sólidos estão sendo tratados, assim como as matas ciliares



À Mesa, o bispo Aldo Di Cillo Pagotto (E), Paim, dom Luiz Flávio Cappio, Efraim, Garibaldi, Geddel Vieira Lima, Marconi e Valadares

Obra vai trazer segurança hídrica a flagelados da seca, frisa ministro

Ao defender o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, afirmou ontem que a obra, ao mudar o leito do rio, vai trazer segurança e garantia hídrica a milhões de nordestinos que sofrem com o flagelo da seca. Em discurso da tribuna do Plenário do Senado, Geddel rebateu várias críticas feitas a ele pelo bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, inclusive a de que Geddel já teria sido contrário ao projeto.

– Ora, se não pudermos mudar de posição ao conhecer pessoas que entendem mais do assunto



do que nós e argumentos convincentes e idéias respeitáveis, o que estamos fazendo aqui, para que vale esse debate, se as posições são imutáveis? – questionou o ministro.

Geddel Vieira Lima explicou que se trata de um projeto integrado de desenvolvimento, com medidas complementares e de revitalização do rio São Francisco e que

visam, inclusive, recuperar o meio ambiente de eventuais efeitos danosos à natureza. Como exemplo, lembrou que o governo já está replantando matas ciliares, recompondo margens desgastadas e construindo viveiros e cisternas, obras que, segundo avaliou, “combatem o instinto predador

do homem”.

– Eu queria reafirmar a convicção do governo de que esse projeto é importante para o Nordeste Setentrional e importante para o Brasil. É, sim, componente de uma política global de combate às desigualdades regionais que se avolumam na medida em que já vão se transformando em desigualdades intra-regionais – esclareceu ainda.

Ao final do pronunciamento de Geddel, o senador César Borges (PR-BA) afirmou que o ministro só mudou de posição no que diz respeito à transposição do rio São Francisco a partir do momento em que se tornou ministro de Estado.

Geddel rebateu a crítica, afirmando que o momento era de discussão do projeto, e que se devem “deixar as querelas da Bahia para a Bahia”.

Ciro Gomes: argumentos de críticos induzem ao erro

Em pronunciamento acalorado durante a audiência que debateu a transposição do rio São Francisco, o ex-ministro e deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE) condenou os argumentos dos críticos do projeto que, de acordo com ele, se baseiam na observação e induzem a “gravíssimos erros”.

Um desses argumentos, disse o deputado, sustenta que Fortaleza teria mais água que São Paulo, cidade abastecida, segundo lembrou, pelo projeto de transposição do rio Piracicaba. Ciro, que foi

governador do Ceará, destacou que, durante sua administração, a capital do Ceará chegou a enfrentar três anos de estiagem.

– A observação empírica ignora que o rio Piracicaba é um rio permanente. Isso é uma obviedade que pode ser manejada com a inteligência humana. É o que tenta o projeto São Francisco – frisou.

Ciro Gomes lembrou que 2,5 quilômetros de cada lado das margens do rio, no percurso em que as obras estão sendo feitas, foram desapropriados pelo governo fe-

deral para fins de reforma agrária. Ele observou ainda que, durante sua passagem pelo Ministério da Integração Nacional, apresentou projeto que tornou onerosa a água do São Francisco utilizada em projetos de irrigação destinados ao agronegócio, como a monocultura da cana-de-açúcar.

O deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB) esclareceu que a obra não tem a pretensão de resolver todos os problemas do Nordeste, mas, sim, trazer segurança hídrica à região.

Entusiasmo e cautela, a reação dos senadores

Se alguns senadores que participaram da audiência pública sobre a transposição de águas do rio São Francisco manifestaram entusiasmo com o projeto, outros externaram preocupação e até oposição. Para Garibaldi Alves,

a escassez de água no Nordeste é um problema de todo o país. A integração do rio foi defendida

por Jereissati, Rosalba, Agripino, Inácio Arruda e Sibá. Suplicy não definiu posição. Valadares sugere plebiscito. José Nery propõe que uma comissão do Congresso dê seqüência aos debates. Azeredo ressalta que Minas Gerais é contra a obra. Heráclito diz que os rios do Piauí também enfrentam problemas.

Garibaldi elogia Lula por iniciar a obra

A escassez de água enfrentada pelo Nordeste não é um problema regional, mas de todo o país e, enquanto não for resolvida, o Brasil não pode se considerar um país justo. A observação foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, no discurso de abertura da audiência. Ele elogiou o presidente Lula por decidir-se a iniciar essa obra.

Na avaliação do presidente do Senado, o mais importante, na audiência, era desenvolver-se um aprendizado a respeito dessa transposição e, principalmente, sobre o gerenciamento das águas existentes no país. Conforme lembrou Garibaldi, o Brasil contém 13,3% da água doce do planeta, mas 70% desses recursos estão concentrados na região amazônica, enquanto é ínfima a disponibilidade de água no Nordeste. Nessa região, disse ele, 70% das águas estão concentradas na bacia do rio São Francisco, o que impõe enormes sacrifícios à população que a ela não tem acesso.



SUPLICY



Senador vai percorrer o rio para tomar posição

Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou a audiência “esclarecedora” e defendeu outro debate que consiga unificar os propósitos e leve a uma

conclusão que atenda a necessidade de todos. O senador informou que percorrerá o rio e, nessa jornada, conversará com a população e acompa-

nhará o processo para só então tomar posição a respeito da transposição, pois ainda não tem certeza de que é a favor da obra.

VALADARES



Proposta de plebiscito nos estados da bacia

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs a realização de plebiscito para ouvir a população dos estados que compõem a bacia hidrográfica do

São Francisco. Disse ser necessária a aprovação de emenda constitucional para garantir a sustentabilidade dos projetos de manejo das águas da

região. “Nos preocupamos com as incertezas de determinados projetos, pois há os que começaram e se tornaram obras inacabadas”, declarou.

JEREISSATI



Contestação de que não teria havido debate

Ao lembrar debate realizado no Senado em 2003 sobre a transposição, Tasso Jereissati (PSDB-CE) contestou afirmações de que o projeto não

teria sido discutido com a sociedade. Também questionou a possibilidade de o projeto causar prejuízos às populações locais, observando que aqueles

que dizem isso não especificam os supostos problemas. Salientou que os nordestinos sofrem há séculos por questões decorrentes da seca.

JOSÉ NERY



Comissão mista poderia acompanhar discussão

A constituição de uma comissão de senadores e deputados com o objetivo de dar seqüência aos debates sobre o projeto foi sugerida por José Nery

(PSOL-PA). “O Congresso não pode continuar omissos, mesmo sabendo que a proposta já está em fase de execução, pois há graves questionamentos

sobre ele”, disse. O senador sugeriu um grande projeto de revitalização das nascentes dos diversos rios brasileiros ameaçados pela devastação.

ROSALBA



Importância para as populações pobres

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que sempre defendeu a transposição de águas do São Francisco, e que o desvio de 1,4 % da água que chega ao reser-

vatório de Sobradinho não pode faltar ao projeto de gerar energia elétrica no Nordeste, o que significará muito para as populações pobres e carentes do Rio

Grande do Norte. “É muito pouco o que pedimos. É emblemático que o rio tenha justamente o nome do santo que representa a solidariedade cristã.”

AGRIPINO



Garantia de suprimento para irrigação

O projeto foi considerado por José Agripino (DEM-RN) como a única saída capaz de garantir o suprimento de água para irrigação nas regiões

a serem beneficiadas. Citou o caso da Barragem de Santa Cruz, em seu estado, que seria beneficiária direta da transposição, dizendo que, nas condi-

ções atuais, na hipótese de ocorrência de uma seca de três anos, a barragem secaria, já que não tem uma fonte de alimentação permanente.

INÁCIO ARRUDA



Primeiro investimento para enfrentar a seca

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), apesar de se discutirem, desde 1847, formas de enfrentar a seca no Nordeste, o projeto do governo representa o

primeiro investimento de recursos realizado com essa finalidade. Embora reconheça que o programa de transposição não resolve definitivamente a

falta de água naquela região, em sua opinião, o problema será minimizado. Ele ressaltou que esse projeto não inviabiliza outros para o Nordeste.

SIBÁ



Distribuição de água de forma solidária

Sibá Machado (PT-AC) fez apelo a todos os intelectuais brasileiros para que emprestem sua inteligência a fim de resolver o problema da seca do

Nordeste para o qual, segundo ele, a integração da bacia hidrográfica do São Francisco é uma das soluções. O senador disse que, da mesma forma que a

energia elétrica é produzida de diversas fontes e distribuída para todo o Brasil, a água do São Francisco também deve ser distribuída de maneira solidária.

AZEREDO



Defesa de debate técnico e desapassionado

Minas Gerais é contra o projeto, segundo Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que defendeu um debate técnico e desapassionado. Para o senador, o

mais importante é a revitalização do São Francisco. “O rio já teve muito mais peixes e tem sérios problemas de desmatamento. O São Francisco pode

morrer, sim”, alertou, mas sugeriu que se esperem os resultados da primeira etapa da transposição para se discutir o que fazer na segunda.

HERÁCLITO



Os rios do Piauí também estão morrendo

Não é apenas o São Francisco que enfrenta problemas em suas nascentes, como desmatamentos e lançamento de esgotos, afirmou Heráclito

Fortes (DEM-PI), ressaltando que os rios do seu estado, o Piauí, “também estão morrendo”, a começar pelo Parnaíba, que passa em Teresina. “Por

isso, antes da pressa, é preciso cautela. É preciso trabalhar na recuperação de suas nascentes. Vejo o meu Parnaíba com tristeza”, observou.

Parlamentares sugerem que governo só volte a investir em empreendimentos com problemas depois de sanadas irregularidades apontadas por tribunal

Relatório recomenda corte de verbas para 52 obras irregulares

O comitê de deputados e senadores encarregado de examinar obras com indícios de irregularidades apresentou relatório ontem, em que sugere que 52 obras flagradas em irregularidades graves não recebam verbas neste ano, até que seus problemas sejam resolvidos e seus responsáveis punidos.

O relatório será votado na próxima semana pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e integrará o Orçamento 2008 sob a forma de anexo. A fiscalização que detectou as irregularidades foi feita ao longo do ano passa-

do pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Congresso no controle externo da administração pública.

O comitê sugere que, apesar da proibição da liberação de verbas, as obras constem do Orçamento, abrindo a possibilidade de retomada de recursos assim que as pendências forem resolvidas. Muitas são obras rodoviárias que, sem essa alternativa, poderiam ficar paralisadas por mais de um ano, mesmo após a solução dos problemas.

Entre as 52 obras, encontram-se trechos de sistemas de trans-

missão de energia elétrica no Maranhão e em Mato Grosso; a construção de um hospital de 150 leitos em Natal (RN), outro em Cacoal (RO); a construção ou recuperação de 20 trechos rodoviários a cargo do Ministério dos Transportes e a execução de obras em projetos de irrigação em Alagoas, no Distrito Federal, no Rio Grande do Norte, em Goiás, no Piauí e em Minas Gerais.

As irregularidades constatadas pelos técnicos do TCU variam de sobrepreço a projetos com falhas técnicas que comprometem as obras.

Garrafa PET para cerveja ameaça meio ambiente, afirma Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) protestou ontem contra a pretensão da indústria de cerveja de utilizar garrafas de plástico polietileno tereftalato (PET) para distribuir a produção em todo o país. Para o senador, essa possibilidade representa mais uma ameaça ao meio ambiente, pois somaria 11 bilhões de garrafas aos 9 bilhões já produzidos anualmente.

O senador disse que, de acordo com especialistas em meio

ambiente, uma embalagem PET demora cerca de cem anos para se decompor e, no Brasil, o uso desse tipo de embalagem teve início há apenas 20 anos. Diante disso, assinalou o senador, nenhuma das unidades PET descartadas no país ainda teve tempo suficiente para se decompor.

– Em vez de ações efetivas para reciclar esse material, o país está diante da ameaça de ter um incremento de mais de 100% na



Zambiasi observa que uma garrafa PET demora cem anos para se decompor

produção de garrafas PET. Ou seja, mais do que dobraríamos também o número de unidades jogadas na natureza.

Entidades lutam para evitar cortes orçamentários na educação

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu, na manhã de ontem, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor Ivo-nildo Rego, e dirigentes de dez entidades representantes da área educacional, em busca de garantias de que o Legislativo não cortará, na revisão do Orçamento de 2008, recursos destinados ao ensino.

– No que depender de mim, haverá garantia de continuidade desses recursos. A qualquer sinal vermelho, meu compromisso é com a luta para que não haja cortes nessa área – disse Garibaldi.

Nota

Fátima Cleide (PT-RO) leu, em Plenário, nota divulgada por



Fátima Cleide lê nota de entidades em protesto contra contingenciamento

entidades de defesa da educação, como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), em protesto contra cortes de recursos para a pasta.

Marisa Serrano aponta descaso do governo com setores essenciais

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apontou o descaso do governo federal com setores essenciais do país, tais como saúde, segurança e educação. Ela assinalou que todos os índices que permitem aferir a qualidade dos serviços oferecidos pelo governo nesses setores têm piorado nos últimos anos.

Marisa Serrano lamentou ainda as frequentes denúncias publicadas pela imprensa sobre casos de corrupção envolvendo servidores públicos.

– O que vimos durante o receso desta Casa foi a cada dia um



Marisa: índices das áreas de saúde, segurança e educação têm piorado

escândalo novo em que o servidor público estava servindo-se do público para ele próprio – disse.

Serys destaca expansão energética

Dados sobre os investimentos que o governo Lula realizou no setor energético foram apresentados por Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Hoje temos um sistema seguro e bastante confiável, coisa que não ocorreu em 2001, quando o governo levou-nos a um duro racionamento – afirmou a senadora.

Flexa Ribeiro defende Paragominas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o Ministério do Meio Ambiente pela inclusão de Paragominas (PA) na lista dos municípios mais desmatados entre agosto e dezembro de 2007. De acordo com o senador, dos 746 hectares de floresta devastados no município, 620 foram derrubados com autorização do Ibama.

Em busca de cooperação, presidente da Guiné Equatorial visita o Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu ontem o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Basongo, que visita o Brasil para explorar possibilidades de cooperação bilateral em áreas como agricultura, saúde, energia e esportes.

Em seguida, Obiang partiu

para o Rio de Janeiro, onde deve visitar a Petrobrás. Depois, vai para São José dos Campos (SP), a fim de conhecer a sede da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), e, em seguida, para Belo Horizonte. Em todas essas cidades, ele terá encontros com lideranças empresariais.



Garibaldi (E) e Obiang: Guiné Equatorial é um dos maiores produtores de petróleo na África

Centrais sindicais apelam por convenções da OIT

Para solicitar a ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), representantes de centrais sindicais e os ministros Carlos Lupi, do Trabalho, e Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência, visitaram ontem Garibaldi Alves Filho. A Convenção 151 assegura o direito de negociação coletiva aos servidores públicos, enquanto a 158 proíbe demissões arbitrárias.

– Assumimos o compromisso de votá-las rapidamente – disse o presidente do Senado.

Augusto comemora aniversário do PAC

A passagem de um ano de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lembrada por Augusto Botelho (PT-RR).

– O PAC tem potencial para ser talvez o maior instrumento de inclusão social e diminuição das desigualdades regionais que este país já teve – avaliou o senador.

Cristovam lembra 20 anos da Constituição

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou ontem o 20º aniversário da Constituição, afirmando que ela trouxe avanços para o país. “Mas a Constituição por si só não foi suficiente para transformar o Brasil em nação, não trouxe o espírito público para cada brasileiro. Ela desprezou o princípio da educação para todos”, disse.